



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



Mulheres se tornaram as principais puxadoras de voto e lideranças da direita brasileira

Por **Cláudio Magnavita***

Em mais de 200 anos de história do Senado Federal, nenhuma unidade da Federação jamais havia ocupado suas três cadeiras simultaneamente com mulheres. O Distrito Federal alcançou essa marca após as eleições de outubro de 2026, quando as recém-eleitas Michelle Bolsonaro e Bia Kicis se juntaram à senadora em exercício Damare Alves. Elas assumirão os mandatos juntas a partir de fevereiro de 2027.

Esse fenômeno ocorre em paralelo à liderança do Executivo local pela governadora Celina Leão, que assumiu o comando do GDF e passou a disputar o segundo turno das eleições. A união de uma bancada integralmente feminina no Senado com o comando do governo local centraliza o poder político da capital nas mãos de lideranças mulheres, um cenário raríssimo na história das administrações estaduais brasileiras.

Esse marco histórico também redesenha as análises sobre o voto feminino no Brasil. Diferente do histórico do início dos anos 2000, em que o avanço das mulheres na política era muito associado a partidos de esquerda, a configuração do DF demonstra a consolidação de uma forte vertente feminina conservadora e de direita. As três senadoras compartilham o alinhamento com a base bolsonarista, indicando que o eleitorado do DF escolheu mulheres com base em suas pautas ideológicas e de valores.

Sob a ótica quantitativa, o Distrito Federal serve como um divisor de águas e um estímulo. Ele prova que as barreiras estruturais que historicamente mantiveram as mulheres longe do Parlamento podem ser superadas nas urnas. Em um país que historicamente amarga posições baixas em rankings internacionais de igualdade de gênero no Legislativo, o DF desponta com 100% de representação feminina na Câmara Alta.

Enquanto o DF elegeu uma bancada totalmente feminina, o restante do país ainda avança a passos lentos. O próprio sistema partidário nacional ainda impõe sérias barreiras de financiamento e visibilidade para candidatas mulheres sem padrinhos políticos fortes.

O avanço no DF foi fortemente impulsionado pela projeção nacional e pelo recall político das candidatas, uma realidade que não se repete facilmente para lideranças femininas em outros estados do país.

Brasília é um exemplo de que a história pode ser reescrita nas urnas, mas sua configuração atual reflete um fenômeno político muito específico da capital, e o desafio de universalizar essa representatividade em todo o Brasil continua.

A reeleição de Raquel Lyra (PSD)



Michelle Bolsonaro garantiu uma cadeira no Senado pelo DF



Bia Kicis foi eleita senadora pelo DF

ao governo de Pernambuco no primeiro turno reafirma o protagonismo feminino na política de alto escalão. Ao mesmo tempo, sua força política guarda paralelos importantes — e também contrastes evidentes — com a trajetória de Celina Leão (PP) no Distrito Federal.

Raquel foi a única mulher eleita governadora no primeiro turno em 2026. Sua vitória não foi baseada apenas em discursos de inclusão, mas sim na aprovação popular de seu mandato e na habilidade de costurar alianças de centro de forma pragmática. Ao vencer novamente ao lado de sua vice, Priscila Krause (PSD), o estado de Pernambuco mantém uma chefia de Executivo puramente feminina, provando que governos liderados por mulheres deixaram de ser um ponto fora da curva para virar uma realidade estabelecida.

Raquel Lyra e Celina Leão possuem trajetórias semelhantes. Ambas construíram suas bases na política partidária tradicional. Raquel foi deputada estadual e prefeita de Caruaru; Celina Leão foi deputada distrital e federal. Ambas são conhecidas pela capacidade de negociar com amplas frentes de partidos.

Raquel e Celina assumiram o protagonismo enfrentando desconfianças iniciais e souberam usar a máquina pública para pavimentar a liderança. Celina assumiu definitivamente o governo do DF após a renúncia de Ibaneis Rocha, provando sua força política ao liderar com folga a corrida eleitoral.

Outras mulheres se destacam na disputa deste segundo turno. Mailza Assis



Após assumir o GDF, Celina Leão disputa o segundo turno na capital federal



Fernanda Louback, vice-governadora eleita do Rio

(PP) é a atual governadora do Acre, tendo assumido o cargo após a renúncia do titular Gladson Cameli em abril de 2026. Ela disputa a reeleição no segundo turno contra o senador Alan Rick (Republicanos).

No Tocantins, a Professora Dorinha (União Brasil) avançou para o segundo turno no estado para disputar o comando do estado contra Vicentinho Júnior (PSDB).

No Amazonas, a Professora Maria do Carmo (PL) disputa o segundo turno para o governo amazonense contra o senador Omar Aziz (PSD).

Até o início do processo eleitoral de 2026, o Brasil contava com outras mulheres no comando dos Executivos estaduais que não disputaram ou não venceram novos mandatos de governadoras no primeiro turno. No Rio Grande do Norte Fátima Bezerra (PT) e leita em 2018 e reeleita em 2022, ela cumpre o seu segundo mandato consecutivo até o final de dezembro de 2026 e no Pará Hana Ghassan (MDB) era vice-governadora e assumiu o comando do Pará em 2026 com a desincompatibilização do titular para disputar outras vagas nas eleições.

No Rio teremos uma nova vice-governadora. Fernanda Louback (PL) venceu as eleições de outubro de 2026 na chapa encabeçada pelo governador eleito Douglas Ruas (PL), consagrando a vitória no primeiro turno após uma retotalização de votos determinada pela Justiça Eleitoral.

O perfil de Fernanda Louback e o papel estratégico que ela desempenhará na futura administração do estado mos-

tram sua forte ligação com pautas sociais e a ala conservadora. Nascida em Nova Friburgo e radicada em Niterói, Fernanda tem 46 anos, é formada em Educação Física e atua como empresária do ramo de joias e semijoias. No início dos anos 2000, trabalhou na televisão e ganhou notoriedade pública ao vencer o concurso Miss Rio de Janeiro em 2003.

Sua ascensão na política fluminense ocorreu pelo Partido Liberal (PL). Após tentativas anteriores, foi eleita vereadora em Niterói nas eleições de 2024 (assumindo o mandato em 2025), onde presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. É conhecida também por autoria de projetos de repercussão local, como a chamada “Lei Anti-Oruam” no município.

Fernanda é mãe de dois filhos autistas, fator que moldou sua principal bandeira de atuação pública. Na estrutura partidária, assumiu a presidência do PL Mulher em Niterói e consolidou uma relação de forte proximidade com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, posicionando-se firmemente no campo conservador e na ala da direita voltada para causas sociais e de inclusão.

Fernanda Louback terá um papel Executivo central e ativo no Palácio Guanabara. O governador eleito Douglas Ruas já a confirmou como a primeira integrante do seu secretariado. Ela assumirá o comando da recém-criada Secretaria de Estado da Inclusão e da Mulher.

A nova pasta liderada pela vice-governadora nascerá com orçamento próprio, dando a ela poder real de investimento e execução de programas.

A grande conclusão sobre as eleições de 2026 é que o crescimento da importância da mulher na política brasileira atingiu um patamar de maturidade inédito, caracterizado pela diversidade ideológica, pela conquista de espaços de poder real e pela consolidação da direita feminina. O ano de 2026 enterrou de vez a ideia de que a bancada feminina funciona como um bloco homogêneo ou puramente simbólico.

O avanço de figuras como Celina Leão, Michelle Bolsonaro, Bia Kicis e Damare Alves no DF, além de Fernanda Louback no Rio de Janeiro, demonstra que as mulheres se tornaram as principais puxadoras de voto e lideranças da direita brasileira. A força eleitoral feminina não está mais restrita a pautas progressistas; ela se consolidou fortemente no campo conservador, unindo a defesa dos valores familiares e pautas sociais (como a inclusão e o apoio a mães atípicas) a um forte capital político focado na direita.

***Cláudio Magnavita é diretor de Redação do Correio da Manhã**